

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA: JORNALISMO DE BEIRADA COMO CONTRA-PEDAGOGIA DA CRUELDADE

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA: EDGE PERIODISM AS COUNTER- PEDAGOGY OF CRUELTY

Bárbara Maria Lima Matias

Universidade Federal de Minas Gerais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0943-2016>

Juliana Soares Gonçalves

Universidade Federal do Amazonas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3950-7450>

DOI: 10.9771/contemporanea.v23i1.66205

RESUMO:

Este artigo propõe uma reflexão sobre o “jornalismo de beirada” do coletivo fundado por mulheres negras das periferias *Nós, Mulheres da Periferia*, como intenção de se repensar narrativas jornalísticas e experiências comunicacionais a partir de uma proposição anticolonial. Como lente teórica-metodológica, o conceito de “contra-pedagogia da crueldade” nos auxilia a pensar as colonialidades que circundam a historiografia e disputas simbólicas para se narrar o mundo institucionalmente e jornalisticamente. Como resultados da pesquisa, concluiu-se que o jornalismo de beirada se constitui como um espaço seguro para as mulheres negras e moradoras de periferias, à medida em que parte de experiências localizadas na construção dos sentidos propostos, bem como atua para fortalecimento simbólico de vínculo entre essa parcela da população.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo de beirada, narrativas, periferia, contra-pedagogia.

ABSTRACT:

This article proposes an approximation of the proposition “edge journalism” of the collective founded by black women from the peripheries *Nós, Mulheres das Periferias*, as an intention to rethink journalistic narratives and communicational experiences from an anti-colonial proposition. As a theoretical-methodological lens, the concept of “counter

pedagogy of cruelty” helps us to think about the colonialities that surround historiography and symbolic disputes to narrate the world institutionally and journalistically. The research findings indicate that edge journalism constitutes a safe space for black women living in peripheral areas, as it is grounded in localized experiences that shape the meanings produced, while also contributing to the symbolic strengthening of bonds within this segment of the population.

KEYWORDS: Edge journalism, narratives, periphery, counter pedagogy.

INTRODUÇÃO

Diferente da proposição de universalidade que sustenta o modelo tradicional de jornalismo moderno, o ecossistema jornalístico contemporâneo se pauta em uma gramática complexa, composta por uma diversidade de fenômenos, temáticas e narrativas (Fonseca, 2014), que estão em ação por distintos territórios e temporalidades. Nas primeiras décadas do século XXI, algumas mídias têm apresentado atravessamentos fortemente marcados por posicionamentos políticos voltados para essas complexidades, a partir de práticas localizadas, assentadas em perspectivas de gênero, sexualidade, racialidade e territorialidade. Frente a essa variedade de materialidades midiáticas, que assumem as formas de podcasts, reportagens audiovisuais, sites, dentre outras possíveis, um lugar importante de demarcação política dessas mídias se dá pelos discursos editoriais como estratégia de enunciação. Isto porque, historicamente, estes são os espaços destinados pelo jornalismo para a construção de seus discursos autorreferentes (Jácome, 2020), bem como para a apresentação de suas normas e prescrições produtivas. Neste artigo, nos direcionamos a uma mídia específica, que demarca seu posicionamento desde o próprio título até seus discursos editoriais, propondo outra relação para os modos de saber localizados, que usam como marcadores de experiência dimensões interseccionais como gênero, raça e territorialidade: o coletivo *Nós, Mulheres das Periferias*.

O *Nós, Mulheres da Periferia* deu origem a um portal de notícias fundado por um grupo de jornalistas negras e moradoras de bairros periféricos da cidade de São Paulo, formado por Semayat Oliveira, Jéssica Moreira, Mayara Penina, Bianca Pedrina, Lívia Lima e a designer Regiany Silva, no ar desde 2014. Tendo em vista que a sustentabilidade financeira é um dos maiores desafios para iniciativas de mídia independentes, o projeto em questão conta com parceiros que contribuem financeiramente para a produção de conteúdo do coletivo, dentre os quais, ressalta-se a Associação de Jornalismo Digital (Ajour), a associação Repórteres Sem Fronteiras, o projeto em rede Black Adnetwork e a organização Ibirapitanga. Seu modelo de negócios conta também com assinaturas de leitores e *crowdfunding* – uma alternativa de financiamento com campanhas coletivas online.

As seções do site estão divididas em “Análise”; “Notícias”; “Histórias” e “Contexto” e, segundo as editoras, noticiam e informam o público a partir de um posicionamento feminista localizado nas experiências do território das periferias. Nos discursos editoriais denominados por elas como *Manifestos*, seção do site dedicada a dar destaque aos posicionamentos do coletivo de jornalistas, é possível perceber como essa proposta

de um “fazer” jornalístico oferece formas de saber pautadas no compromisso político de aproximação com as periferias, sejam elas geográficas ou simbólicas. Em 2021, nos discursos editoriais atualizados, o coletivo propõe um “jornalismo de beirada” em que as jornalistas apontam para a periferia como um modo de saber e conhecer um mundo, um ponto de perspectiva:

Periferia é muito mais que território. É um ponto de referência. É uma perspectiva, um lugar de fala, um corpo no mundo. Periferia é muito mais que geografia. É subjetividade, identidade, sentimento, memória afetiva. Periferia são narrativas contra a História única. Nossas vidas importam e cada trajetória é singular. (Manifesto, 2021, Nós, Mulheres das Periferias).

Desse modo, a partir dos discursos autorreferentes da mídia jornalística *Nós, Mulheres da Periferia*, indagamos: de que maneira esta prática jornalística, posicionada enquanto experiência emergente marcada por dimensões de raça, gênero e territorialidades, propõe construções de sentido e agência consonantes com as contra-pedagogias da crueldade (Segato, 2018)? Em outros termos, nos interessa compreender como as práticas jornalísticas posicionadas do coletivo em questão se inserem e tensionam as dinâmicas de poder características das colonialidades, que historicamente exploram e marginalizam mulheres racializadas e moradoras de periferias. Diante desta tarefa, para além de uma compreensão ainda binária e universalizante entre o local/particular e o nacional/global como paralelos e opostos, buscamos entender tais percepções enredadas, a partir do coletivo *Nós, Mulheres da Periferia* e a proposição de um “jornalismo de beirada”, como um modo de saber não somente jornalisticamente, como também politizando a própria história do nosso país e da América Latina.

É importante ressaltar que, desde o século XX, distintos autores têm se dedicado a refletir sobre experiências jornalísticas que, em alguma medida, rompem com os pressupostos prescritivos do jornalismo moderno *mainstream* no Brasil. Nos estudos do campo, por volta de 1980, se fortalece no país uma série de pesquisas pautadas em um levantamento arquivístico sobre experiências jornalísticas “fora do centro” de mídias tradicionais que acabam por, ainda, garantir uma autoridade das informações. Denominações como “alternativo”, “comunitário” e “periférico” são algumas proposições em que consideram, amparados por uma aproximação sociológica, os arranjos jornalísticos em negociações políticas, editoriais e econômicas (Berger, 1989; Peruzzo, 2009, Tavares, 2019; Arruda, Rovida e Cunha, 2024; Bezerra, 2021). Considerando este cenário, sob o risco de recair em um binarismo entre o hegemônico e o alternativo, é fundamental assumir que não pretendemos aqui submeter a proposta de jornalismo de beirada a outras categorias

normativas, ainda que essas se pretendam como divergentes do jornalismo moderno tradicional. Tendo em vista as vinculações éticas e teóricas deste trabalho, que tem as discussões sobre – e a resistência às – colonialidades como ponto de partida, nos parece mais adequado refletir sobre as características e possíveis contribuições desta iniciativa para a expansão do campo, partindo de como este coletivo fala de si, nomeia a própria prática, reivindica suas singularidades, bem como dialoga com mídias de referência do jornalismo tradicional, como é o caso da Folha de São Paulo. Ou seja, estamos interessadas em perceber a historicidade do “jornalismo de beirada” enquanto um fenômeno situado, e com marcas específicas de leitura do jornalismo e da história e, portanto, *locus* interessante para perceber as negociações conceituais e epistemológicas no campo contemporâneo do jornalismo.

Ressalta-se também que temos nos debruçado sobre o *Nós, Mulheres da Periferia* desde 2022 em diferentes produções (Costa *et al.*, 2023; Gonçalves; Souza; Carvalho, 2024; Jácome *et al.*, 2025; Matias, 2023; Matias *et al.*, 2023). Logo, dimensões diversas deste fenômeno jornalístico têm sido exploradas por nós em outros estudos, tais como modelo de negócios e sustentabilidade financeira, relação com seus públicos, diálogos com iniciativas de jornalismo tradicional, dimensões interseccionais implicadas, dentre outras. Na presente proposta, nos dedicaremos especificamente à compreensão de como é possível apreender as aproximações do jornalismo de beirada às contra-pedagogias da crueldade, a partir de enunciações do próprio coletivo.

Dessa maneira, é importante destacar que partimos do “jornalismo de beirada” compreendendo-o enquanto uma prática deste coletivo específico de mulheres, que nos auxilia a refletir sobre as experiências contemporâneas jornalísticas e comunicacionais. Partindo dessa premissa, menos do que encontrar definições teóricas para explicá-lo, o nosso objetivo é colocar essa prática em evidência para criar tensionamentos e borramentos das fronteiras estabelecidas pelos valores jornalísticos. A beirada, portanto, se apresenta para nós enquanto uma possibilidade teórica-metodológica para as narrativas jornalísticas.

A partir desse esforço de historicização do “jornalismo de beirada”, acionamos como operadores analíticos, os conceitos de pedagogias e contra-pedagogias da crueldade de Rita Segato (2018), como possibilidade para se fabular desdobramentos possíveis para este modo de fazer jornalístico, que extrapolam uma relação circunscrita à informação. No próximo tópico, nos dedicaremos ao percurso metodológico para, em seguida, apontarmos

como articulamos a leitura das pedagogias à experiência jornalística do *Nós, Mulheres das Periferias* em discursos autorreferentes e nos projetos mobilizados pelas jornalistas: o curta-documentário *Nós Carolinas* de 2017 e o podcast *Conversa de Portão*, de 2021.

NOTAS METODOLÓGICAS

Como percurso metodológico, nos dedicamos a uma análise qualitativa e interpretativa dos discursos autorreferentes publicados pela mídia jornalística *Nós, Mulheres da Periferia*, que se dão a ver em seus textos editoriais, apresentados como manifestos no portal, bem como do artigo inaugural publicado por jornalistas do coletivo na *Folha de S. Paulo*, no dia 7 de março de 2012, na seção Tendências/Debates, de título “Nós, Mulheres da Periferia”, história que será melhor contextualizada adiante. Nas textualidades apresentadas na seção *Manifestos* do site, dedicada a enfatizar os posicionamentos do coletivo de jornalistas, é possível perceber o sentido político da proposta de um “fazer” jornalístico assentado em formas de saber que estabelecem relações de proximidade com as periferias, sendo estas tanto geográficas quanto simbólicas.

A trajetória metodológica delineada para fundamentar esta reflexão apoia-se na concepção de análise de textualidades, que tem como principal referência o autor espanhol Gonzalo Abril (2007). Com base nesse referencial, busca-se examinar a rede simbólica que estrutura os sentidos mobilizados pelo coletivo *Nós, Mulheres da Periferia* na formulação do que denominam jornalismo de beirada, evidenciando os movimentos de tensão e os atravessamentos que ocorrem em relação ao jornalismo tradicional moderno. A noção de texto aqui adotada ultrapassa a materialidade estritamente verbal e, conforme argumenta o autor, abrange qualquer unidade comunicativa de natureza multissemiótica. Trata-se, portanto, de discursos que se articulam em redes textuais, podendo conter ou não elementos verbais, sem, no entanto, se restringirem a essa dimensão de forma exclusiva. Em consonância com a definição de Abril (2007), os textos são entendidos como:

Teias necessariamente provisórias de relações de elementos e de natureza heterogênea. Um texto não deve ser entendido somente como um tecido interno constituído por qualidades e acontecimentos semióticos, mas também como um momento parcial de um tecido mais complexo, que se faz reconhecível a partir de dimensões temporais, espaciais e culturais (Costa *et al.*, 2023, p. 6).

Dessa forma, compreendemos que os textos se constituem em articulação com outros textos, por meio de dinâmicas que envolvem diálogo, silenciamento, intertextualidade,

imprecisão, fratura e referencialidade, estando inevitavelmente atravessados e contaminados por condicionantes de ordem sociocultural. Por meio da rede textual tecida pelo coletivo sobre o jornalismo de beirada, se faz possível acessar contextos sociais mais amplos, como as dinâmicas histórico-sociais, assim como os tensionamentos de poder e resistência delas resultantes.

Assim, interessadas em refletir sobre aproximações, diálogos, mas também distanciamentos do *Nós, Mulheres da Periferia*, e a proposta de contra-pedagogias da crueldade (Segato, 2018), entendemos a relevância de partir de tais discursos autorreferentes, por serem estes, materializações importantes do posicionamento da mídia jornalística e de entendimentos sobre as próprias práticas e formas de fazer jornalismo e se relacionar com seus públicos. Ressaltamos não se tratar do estabelecimento da proposição conceitual de Segato (2018) como um tipo de régua capaz de medir o quanto essas mídias podem ser compreendidas como contra-pedagogias da crueldade, mas sim, de acionar as lentes analíticas propostas pela autora como mediadoras do nosso olhar para o conjunto de textos que configuram o *corpus* em questão, com o objetivo de compreender como este coletivo jornalístico pode contribuir para práticas e formas de vínculo e relações capazes de fortalecer as experiências de seus públicos.

Dessa maneira, a seguir nos dedicamos a apresentar as proposições de Segato (2018) para as pedagogias e contra-pedagogias da crueldade como peças importantes nas engrenagens coloniais que fundam e sustentam o colonialismo como regime político e histórico – e que seguem atualizando as formas atuais das colonialidades. Considerando a relevância dessas chaves para nossa análise, é fundamental destacar que, conforme a definição apresentada por Villanueva (2018), as colonialidades correspondem a mecanismos de perpetuação de hierarquias e dinâmicas de subordinação/dominação que persistem tanto no imaginário coletivo quanto nas instituições das sociedades impactadas pelo controle e pela violência colonial exercidos por potências europeias a partir do final do século XV. Ainda que o colonialismo tenha deixado de existir como regime político e histórico entre o início do século XIX e meados do século XX, seus efeitos continuam a operar de forma estrutural. Nesse sentido, com base nas reflexões de Quijano (1991), entende-se que as colonialidades constituem um projeto de dominação ancorado nas esferas do ser, do saber e do poder, sustentado por processos de racialização e pela produção de diferenças utilizadas como ferramentas para a consolidação e perpetuação de hierarquias sociais excludentes e desumanizadoras.

PEDAGOGIAS E CONTRA-PEDAGOGIAS DA CRUELDADE: UM RESGATE CONCEITUAL

Segundo Segato (2018), as pedagogias da crueldade podem ser vistas como diversos tipos de ações e práticas que ensinam, habituam e programam as pessoas a transformar sua vitalidade e a própria noção de “vivo” em coisas. É a captura de algo instável e imprevisível, como a vida em curso, para instaurar a inércia e a esterilidade da coisa na forma de produto: mensurável, vendável, comprável e obsolescente, como convém ao consumo e à fase apocalíptica do capital. Como exemplo que possibilita identificar tal dinâmica sem dificuldade, a autora cita a exploração sexual de mulheres, categorizados por ela como atos de rapina e consumo do corpo, que constituem a linguagem mais precisa de coisificação da vida. Nesse contexto, a repetição da violência é uma tecnologia importante, já que produz um efeito de normalização de uma paisagem de crueldade e, com isso, promove nas pessoas a partilha de uma gramática de vida baseada nos baixos níveis de empatia, indispensável para a lógica predadora do capital. A crueldade como hábito tem como desdobramentos as formas de gozo narcisístico e consumista, assim como resultam também no isolamento dos indivíduos mediante sua profunda dessensibilização frente ao sofrimento do outro. A pedagogia da crueldade se baseia na dissolução e não construção de vínculos.

O paradigma de exploração atual necessita de uma diversidade de formas de desproteção e precariedade da vida, que só se faz possível pelo processo de diminuição da empatia entre as pessoas. Assim, o projeto atual do capitalismo demanda que cada um de nós seja capaz de se acostumar com o espetáculo da crueldade, que naturaliza a expropriação da vida e a predação. No projeto da modernidade, “a relação entre pessoas é esvaziada e transformada em uma relação entre funções, utilidades e interesses” (Segato, 2018, p. 15, tradução nossa) e o viver assume a forma do par consumo/obsolescência.

Tendo em vista este cenário, as contra-pedagogias da crueldade propostas pela autora podem ser compreendidas como aquelas capazes de resgatar a sensibilidade e a capacidade de criar e manter vínculos, capazes de se opor às pressões modernas. As contra-pedagogias são pautadas por Segato (2018) a partir de quatro premissas, descritas a seguir:

1. Sendo o patriarcado a primeira pedagogia de poder e expropriação de valor, uma contra-pedagogia da crueldade precisa ser uma contra-pedagogia do patriarcado, logo, uma contra-pedagogia do poder, de maneira a se contrapor a elementos constituintes da ordem patriarcal: mandato de masculinidade, corporativismo masculino, baixa empatia, cruelda-

de, insensibilidade, burocratismo, distanciamento, tecnocracia, formalidade, universalidade, ausência de pertencimento, dessensibilização, vinculação limitada;

2. A experiência histórica das mulheres oferece um exemplo de outra forma de pensar e agir coletivamente. Uma politicidade em chave feminina — por experiência histórica acumulada, não por essência, como ressalta Segato (2018) — é uma política do pertencimento espacial e comunitário, é pragmática e orientada pelas contingências; é próxima e não burocrática, investida do processo, mais do que voltada para produtos e, principalmente, é dotada da capacidade de solucionar problemas e preservar a vida no cotidiano;

3. Sendo o mandato de masculinidade também uma forma de violência intra-gênero, em primeiro lugar, vitima os próprios homens (que para serem reconhecidos como tal, precisam curvar-se às suas regras e hierarquias desde que ingressam na vida em sociedade). A família é o principal lugar de preparação dos homens para esse trânsito violento que é o tornar-se homem. Violência essa que mais tarde é revertida ao mundo. Assim, uma das chaves de mudança se assenta nos diálogos entre todas as pessoas sobre o mandato de masculinidade e o processo de vitimização dos homens;

4. Para Segato (2018), existem dois projetos históricos em curso no planeta, orientados por concepções contrárias de bem-estar e felicidade: o projeto histórico das coisas e o projeto histórico dos vínculos, direcionados para metas de satisfação não só distintas, mas incompatíveis. O projeto histórico centrado nas coisas como meta de satisfação é funcional ao capital e produz indivíduos que, por sua vez, se transformam em coisas. O projeto histórico dos vínculos se baseia na reciprocidade, que produz vínculos e senso de comunidade. Assim, ainda que vivamos de forma anfíbia, com inserções distintas em ambos os projetos, uma contra-pedagogia da crueldade precisa trabalhar a consciência de que somente um mundo vincular e comunitário é capaz de colocar limites à coisificação da vida.

Desse modo, pensar a partir das contra-pedagogias nos auxilia por um movimento metodológico de nos aproximarmos da história da imprensa e das narrativas jornalísticas por uma relação de: 1) perceber os seus modos de violência, em relação com a colonialidade e modos de expropriação de subjetividades e memórias, sobretudo, com a temporalidade passada; 2) como também, por experiências “atuais” que estão tentando produzir uma outra relação com o jornalismo, a partir de uma perspectiva racializante da história.

O JORNALISMO COMO UM ESPAÇO INSEGURO: A EXPERIÊNCIA MODERNA-COLONIAL

No dia 7 de março de 2012, um artigo publicado na seção Tendências/Debates da *Folha de S. Paulo*, com o título “Nós, Mulheres da Periferia”, levava a assinatura de oito mulheres jornalistas, moradoras de diferentes periferias centrais e metropolitanas da capital paulista. No texto escrito na primeira pessoa do plural (e que mais tarde daria origem ao coletivo *Nós, Mulheres da Periferia*), as autoras celebram o Dia Internacional

das Mulheres a partir da narrativa do cotidiano em que vivem. O que parece moldar essa escrita está justamente na amplitude de experiências que marcam o “ser mulher”, na intersecção de gênero, classe, raça e território, além da ampliação de sentidos para a periferia a partir de uma posicionalidade para o feminino. Há no texto, constantemente, referências para essas negociações entre um coletivo político, que parte e se forma necessariamente por experiências de mundo muito singulares. Nesse sentido, as jornalistas tentam chamar a atenção para a multiplicidade que atravessa os significados das experiências de mulheres negras e moradoras das periferias, ainda que seja uma escrita conjunta e com afetos compartilhados.

Figura 1: Matéria “Nós, Mulheres da periferia” no Tendências/Debates Folha de S. Paulo.

FOLHA DE S. PAULO QUARTA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 2012 ★ ★ ★ opinião A3

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
debates@folha.com.br @twitter.com/Folhadebate

Nós, mulheres da periferia

BIANCA PEDRINA, JÉSSICA MOREIRA, MAYARA PENINA, SEMAYAT OLIVEIRA E PATRÍCIA SILVA

Se a periferia tivesse sexo, certamente seria feminino. Como coração de mãe, ela abraça os seus filhos sem distinção, sem ver se é belo ou feio, dentro ou fora dos padrões.

No dicionário, periferia é a região mais afastada do centro. Um termo que designa apenas um espaço geográfico, não o pior lugar da cidade.

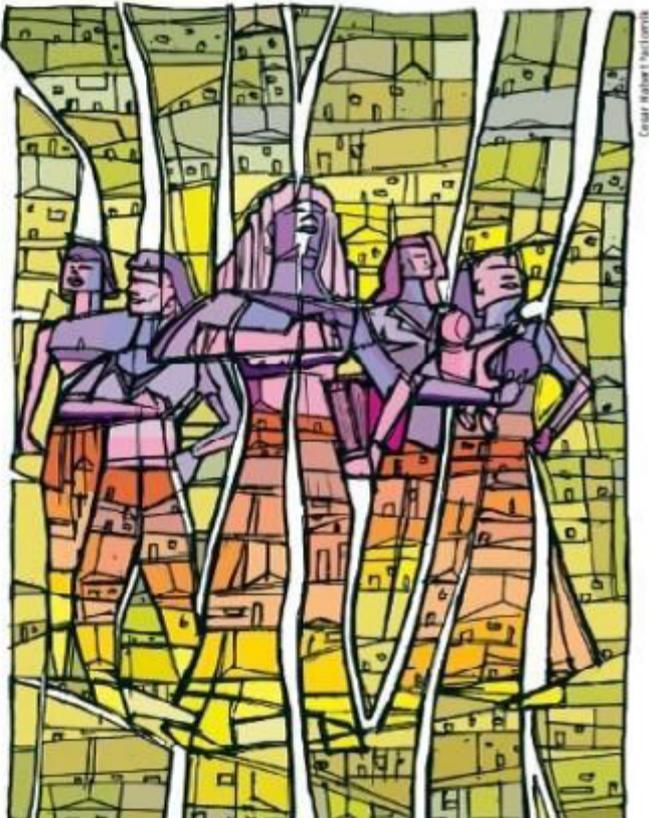
Em São Paulo, há mais de 650 mil mulheres vivendo na periferia — e presentes em toda a cidade, trabalhando, estudando e saindo com os amigos. No Brasil, quase 22 milhões de mulheres são chefes de família.

E para quem é considerada uma favelada, alcançar o ensino superior é quase impossível. É como se ela nascesse com seu destino determinado. Jamais vai ter dinheiro para pagar a universidade e a escola pública não vai prepará-la.

Mas agora, belas, agressivas, cheias de gana e autoconfiança, essas mulheres estão driblando as dificuldades para ascender socialmente. Passaram a incluir mais uma atividade em sua dupla jornada, que se tomou tripla, pois também estudam.

Hoje, mais do que nunca, mães que não tiveram oportunidades de ensino podem sonhar com o estudo dos seus filhos. Na periferia, a mãe tem orgulho de dizer à patroa que seu filho “fez faculdade”.

Não que o diploma de ensino superior tire a sensação de ser margi-



Fonte: Tendências e Debates, 8 de março de 2025. *Folha de S. Paulo*.

Na medida em que as jornalistas indicam os diferentes lugares que mulheres periféricas ocupam, seja no ensino superior, no mercado de trabalho, no jornalismo, nas ruas da cidade e nos espaços públicos, ressaltam as constantes tentativas de apagamento de seus corpos e narrativas resultantes de um padrão universal e binarista de compreensão do território. Isto é posto em afirmações como: “se a periferia tivesse sexo, certamente seria feminino”; “periferia designa um espaço geográfico e não o pior lugar do mundo”; “com o tempo a mulher aprende a não ter vergonha da periferia”. Um ponto importante que se sobressai está na relação dialógica para os sentidos da periferia que se reinscrevem quando se aproximam das narrativas de mulheres. É o feminino que se ancora, se localiza nas relações territorializadas do cotidiano, contextos históricos e heranças de cada periferia em suas transformações políticas, sociais e culturais.

São inegáveis as contradições e estratégias de resistência implicadas quando um texto como esse, que põe em foco as disputas de gênero, raciais e territoriais que geralmente se pretendem pacificadas nas páginas de jornais tradicionais modernos (dos quais a *Folha de S. Paulo* é um dos mais conhecidos expoentes no Brasil), negocia com esta mesma mídia para figurar em seu espaço. Mas, ainda que hajam pontos de intersecção, experiências de jornalismo como esta produzida pelo *Nós, Mulheres da Periferia* recorrentemente não são categorizadas simplesmente como jornalismo, mas são referenciadas por diferentes adjetivos como “independente”, “alternativo”, na intenção de diferenciá-las em seu caráter político de um jornalismo tradicional guiado por valores-notícia supostamente pautados na objetividade e imparcialidade (Freitas, 2018; 2020). Nessa direção, em muitos discursos editoriais dos jornais tradicionais modernos, esses são termos que reafirmam hierarquicamente um jornalismo profissional em prol de “outras experiências” (Moraes, 2023). Esta distinção aparece, por exemplo, no manual de redação da *Folha de S. Paulo*, de 2018, que as categoriza como “[...] jornalismo artesanal, praticadas com espírito militante, dedicadas a determinado tema ou circunscritas a uma comunidade, mostram-se para suprir lacunas no conjunto da mídia, mas são limitadas em alcance pela parcialidade do ponto de vista e precariedade da base material [...]” (Manual de redação, 2018, *Folha de S. Paulo*).

Há neste discurso, portanto, uma defesa destas experiências jornalísticas como necessárias para se *diversificar* o que conhecemos como jornalismo, ao passo em que se reforçam estruturas bastante conservadoras de um padrão jornalístico circunscrito calcado na objetividade e imparcialidade, bem como em recursos materiais robustos

que, aparentemente, estas outras práticas não possuem e não são capazes de alcançar. Com tais valores ainda direcionados para um *modo de conhecer* objetivista e moderno (Meditsch, 1997), ainda se predomina como uma modernidade autoritária (Albuquerque, 2010). Isto é, há certo consenso historiográfico de que há um período determinado, a partir de 1950, sobre uma modernização do jornalismo no Brasil, que passa então a ser definido por certos valores muito balizados por uma experiência específica estadunidense, entre eles a objetividade, imparcialidade, o progresso (Ribeiro, 2002; Albuquerque, 2010; Jácome, 2020). No entanto, o que também podemos observar são valores que se fundam num determinado projeto científico moderno-colonial e masculinista (Ribeiro, 2002; Biroli, 2007; Segato, 2018).

Em nosso juízo, o jornalismo moderno-colonial, alinhado a valores que estruturam economicamente, culturalmente e cientificamente um projeto econômico, político e histórico de mundo, resulta do que Segato (2012) aponta como a prevalência de uma lógica colonial desde o século XV, fundada na produção de binarismos e hierarquias entre saberes, bem como em processos violentos de sufocamento de subjetividades. A autora afirma que “é a esfera pública o que hoje alimenta e aprofunda o processo colonizador” (2012, p. 118). Essa totalização torna-se determinante para o compartilhamento de valores orientados por uma relação patriarcal nos discursos, nas instituições estatais, no planejamento urbano, prevaletentes nos cargos de chefia, etc. Assim, por uma “gestão colonial estatal” (Ibid), os homens ocupariam os lugares públicos e racionais, de prestígio sobre o conhecimento e o poder, que compelem à subjugação do feminino – e de outros corpos dissidentes a esta normativa – à invisibilidade, sejam em espaços privados ou públicos.

O jornalismo, a partir dessas fronteiras moldadas por um conjunto de crenças universais e masculinistas, seria, portanto, um espaço inseguro para subjetividades que se esvaem pelas frestas das convenções de gênero, raça e sexualidade calcados pela branquitude e o patriarcado. Nas conformações do projeto político patriarcal (Segato, 2018), ocupam nos espaços públicos, nas instituições privadas e públicas, a necessidade de domesticar o feminino, principalmente racializado, desampará-lo e tirar qualquer vínculo de politicidade, enquanto fortificam paisagens de violência nas quais o interesse é bastante excludente e individualista. Como nos lembra a socióloga e feminista Patrícia Hill Collins (2019):

Firmemente enraizado em um mercado baseado na troca, pressuposto decisões econômicas tomadas racionalmente e o controle masculino do mercado, esse modelo de comunidade enfatizava o direito do indivíduo de decidir segundo seus interesses, independentemente do

impacto na sociedade em geral. [...] Esse modelo de comunidade legitima as relações de dominação, seja negando sua existência, seja tratando-as como inevitáveis (Collins, 2019, p. 111).

Assim, o que as fundadoras do *Nós, Mulheres da Periferia* parecem apontar com o texto no Tendências/Debates da *Folha de S. Paulo*, se assenta nessas percepções restritivas de uma normativa moderna-colonial e individualista, baseada na dissolução dos vínculos e ausência de empatia, que sustenta também a leitura da realidade proposta pelas narrativas tradicionais do jornalismo, agindo no silenciamento e apagamento da politicidade de determinados corpos. No próximo tópico, discutiremos como as contra-pedagogias da crueldade (Segato, 2018), em diálogo com a proposta de Patricia Hill Collins (2019) de construir espaços seguros em comunidade, e especificamente aqui, entre mulheres negras e das periferias, são possíveis construções para a emergência de outras composições narrativas, de conhecimento e de resistência à paisagem de violência e atomização típicos do projeto moderno de coisificação da vida. Especificamente, trataremos do “jornalismo de beirada” produzido pelo portal *Nós, Mulheres da Periferia*.

O JORNALISMO DE BEIRADA COMO CONTRA-PEDAGOGIA DA CRUELDADE: UM JORNALISMO COMO ESPAÇO SEGURO

Após a publicação do texto “Nós, Mulheres da Periferia” na *Folha de S. Paulo*, as autoras se reúnem com outras comunicadoras para fundar o coletivo homônimo em 2014. Desde então, os seus principais eixos políticos estão em torno de oferecer um espaço para histórias de mulheres periféricas a serem narradas. Com essa perspectiva, elas repositonam o jornalismo, tomando este espaço de enunciação a partir de suas próprias vivências e memórias.

A nosso ver, a partir deste manifesto sobre as periferias, o coletivo amplia o espaço jornalístico por uma política da relação, na construção de uma rede afetada e atravessada pelas marcas da enunciação, para outras políticas de conhecimento, e na proposição de uma presença *na* história. Esse projeto é uma tentativa de não escapar do enredo histórico de países latino-americanos, além de disputar significados em torno de uma suposta identidade universal brasileira, recorrentemente assumida como masculina, branca e moradora de áreas nobres dos grandes centros urbanos. Como é posto por Rita Segato (2018), para se pensar as relações entre território e a formação nacional, é indispensável considerar a política empreendida para as formações de alteridades dos países colonizados, a partir da temporalidade escravocrata e a despolitização das

mulheres, relegados à margem por uma suposta distância social e geográfica. Entretanto, as periferias não se encontram “fora” das regulações e domínios de um sistema moderno-colonial, mas subordinados aos controles, à vulnerabilização de seus corpos por uma pedagogia da crueldade, que também se encontra nos discursos das mídias jornalísticas (Segato, 2018, p. 14).

Isto é, nos parece que as editoras de *Nós, Mulheres das Periferias* intencionalmente trabalham para produzir um jornalismo que se aproxima de uma perspectiva georreferenciada que não se esgota nos limites territoriais e corporais normativos, nem nas propostas tradicionais do jornalismo moderno. Assim, a força do *Nós* como uma contra-pedagogia da crueldade está, portanto, no transbordamento da proposta de um jornalismo de beirada: é uma relação que a metodologia do jornalismo moderno, fundada em princípios coloniais da objetividade, não dá conta e não quer apreender. Algumas destas práticas de transbordamento se materializam no curta-documentário “Nós, Carolinas”¹, de 2017 e no podcast “Conversa de Portão”², de 2021. Ambos, com seus diferentes formatos, conduzem um fio narrativo a partir das singularidades das histórias das mulheres e uma relação política com a autoria, a referência para os arquivos e as fontes, já que as protagonistas e entrevistadas são em grande parte mulheres negras e moradoras de bairros periféricos.

O título do curta-documentário *Nós, Carolinas* pode ser relacionado a duas mulheres negras e residentes de periferias da cidade de São Paulo, mencionadas ao longo da produção. A primeira delas é a entrevistada inicial, dona Carolina Augusta de Oliveira, moradora do bairro do Jaçanã, localizado na Zona Norte da capital. Na ocasião do lançamento do curta, dona Carolina tinha 93 anos de idade e compartilhou, em seu depoimento, vivências marcadas pela resistência ao racismo e a diferentes formas de violência ao longo de sua trajetória. A segunda figura referenciada é a escritora Maria Carolina de Jesus, amplamente reconhecida, inclusive em âmbito internacional, por obras como *Quarto de Despejo* (1960) e *Casa de Alvenaria* (1961). Nascida em Minas Gerais, Maria Carolina de Jesus viveu grande parte de sua vida na comunidade do Canindé, situada na região central de São Paulo.

O documentário é concluído com uma citação da escritora: “*Uma palavra escrita não pode nunca ser apagada. Não, senhor, ninguém pode apagar as palavras que eu escrevi.*”

1 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=firLn02imCM>

2 Disponível em <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/podcast/>

Tal encerramento enfatiza a força e a permanência das narrativas apresentadas, evidenciando que as histórias de vida registradas – seja por meio da escrita de Carolina Maria de Jesus, seja pelos relatos sobre a trajetória de dona Carolina Augusta de Oliveira – constituem memórias que resistem ao apagamento simbólico histórico de mulheres negras e moradoras de periferias. A produção deixa claro, ainda, que embora as duas personagens possuam trajetórias singulares, partilham experiências que dialogam com um contexto social comum. Nesse sentido, suas vivências estabelecem um referencial compartilhado por inúmeras outras mulheres negras das periferias dos grandes centros urbanos. Assim, o título *Nós, Carolinas* sintetiza a articulação entre o aspecto individual e o coletivo, compondo uma tessitura simbólica que dá visibilidade ao lugar de partilha de existências negras femininas e nas periferias do Brasil.

Já o podcast *Conversa de Portão* aborda uma ampla variedade de temas, como política internacional, tecnologia e economia, sempre a partir da perspectiva de mulheres racializadas e residentes de periferias brasileiras. No episódio intitulado *Futurar: tecnologias negras e novos imaginários*, lançado em junho de 2021, discute-se, por exemplo, como as soluções tecnológicas são inevitavelmente influenciadas pelo repertório e pela experiência de vida de quem as desenvolve. O episódio critica a existência de tecnologias e algoritmos marcadamente racistas e defende a importância da presença de mulheres negras em posições estratégicas neste campo, de modo a garantir uma representação verdadeiramente plural da realidade.

Como exemplo dessa atuação, menciona-se a WoTec, empresa criada pelos irmãos Nathali de Deus e Hugo Lima, ambos negros e moradores da Zona Oeste do Rio de Janeiro. A WoTec é voltada para a criação de equipamentos e ferramentas audiovisuais acessíveis e de qualidade, pensados especialmente para produções de baixo orçamento. Além da acessibilidade técnica e financeira, a empresa também adota uma estética propositalmente colorida em seus materiais, com o objetivo de evitar qualquer semelhança com armas de fogo. Essa escolha está diretamente relacionada à preocupação com a segurança de jovens negros nas periferias, diante do alto risco de abordagens policiais violentas – uma das principais angústias vividas por mães e familiares nesse contexto.

Ao observar tais materialidades, nos parece haver uma intenção política de se repensar modos de saber já bastante consolidados no jornalismo, nos propondo a questionar o que, afinal, são fontes especializadas? As perguntas estruturantes do lead, se narra, como narra? Em qual temporalidade narra? Quem está narrando? (Matias, 2023)

Essas questões podem também inquirir o mais atual projeto editorial do *Nós, Mulheres da Periferia*, uma carta sobre as eleições de 2022. Na ocasião, as editoras produzem uma série de reportagens que se referem diretamente ao público de mulheres das periferias em distintas posições: às candidatas aos cargos, à perspectiva de vizinhas dos bairros como eleitoras, e também resgatam a memória e herança das mulheres que possibilitaram a construção de espaços mais acolhedores e plurais.

Os textos transitam no contemporâneo entre múltiplos passados, presentes e futuros, por uma rede que designa a formação de um *espaço seguro*, que as tornam parte de uma vizinhança entre mulheres para a produção de narrativas e que fundamenta a prática jornalística do coletivo. Com essa proposta, as editoras pontuam ao final da carta: “Para isso, é importante construir novas narrativas, mais representativas e plurais, para que possamos contar essas histórias juntas.” Segundo Patricia Hill Collins (2019), essas outras composições narrativas são possíveis por movimentos de abertura que possibilitam a consciência e um gesto político de não negar a história colonial como forma de reparação, ao passo que nutre uma composição de comunidade e solidariedade para reinterpretar esses restos por outros métodos, balizados por gênero, raça e território.

Figura 2: Carta Editorial do *Nós, Mulheres da Periferia* para as eleições 2022.



Fonte: Site *Nós, Mulheres da Periferia*.

Assim, em consonância com as contra-pedagogias da crueldade de Segato (2018), Collins (2019) aponta que os espaços seguros são estes lugares possíveis para a não homogeneização e a construção de laços e comunidade a partir das identidades singulares e complexas na ocupação de um presente engajado. Portanto, não são espaços segregadores e centralizados, mas projeções e construções políticas entre experiências diversas para um coletivo produzido por mulheres negras e periféricas – geograficamente e simbolicamente.

Entretanto, é importante ressaltar, que esse posicionamento do *jornalismo de beirada* não se inicia em *Nós, Mulheres da Periferia*. Se no contemporâneo há um respaldo para o coletivo, é porque há uma base construída por heranças que conformam este espaço. Estão, por exemplo, os jornais feministas que circularam durante as décadas de 1970 e 1980 no Brasil, entre eles, o jornal comunitário *Nzinga Informativo*, com Lélia Gonzalez e o Movimento de Mulheres Negras; o jornal *Brasil Mulher e Nós, Mulheres da Periferia* – ainda que sejam mídias com uma formulação pouco aprofundada na intersecção entre raça, sexualidade e território (Freitas, 2018). Além dos projetos coletivos contemporâneos que pautam raça e gênero como atravessamentos como, por exemplo, a cena dos podcasts, com a *Rádio Novelo*, *Mano a Mano* e *História Preta*, com estratégias narrativas e sonoras que impõem uma leitura e *práxis* política para a história, raça e gênero (Jácome et al., 2022).

Assim, o jornalismo do *Nós, Mulheres da Periferia*, visa configurar modos de saber e se fazer saber por meio das narrativas jornalísticas, assentadas em um presente forte (que dialoga, enquanto política do tempo, com diferentes dimensões de passado e futuro), politicamente territorializado e corporificado em referências para as fontes, para as memórias e modos de apreensão do passado. E desse modo, entendemos que propõe um questionamento sobre “quem tem direito a narrativa e ao tempo?”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as disputas que se instauram ao redor das diferentes formas de fazer jornalismo, fica evidente que não estamos lidando apenas com uma diversidade de práticas e formas, mas de inserções em projetos de mundo distintos. A história e os textos autorreferentes do *Nós, Mulheres da Periferia*, a partir da reivindicação de uma prática territorializada, racializada e generificada, dão a ver como o jornalismo tradicional de referência opera historicamente no reforço simbólico de uma noção de periferia, condenando essas vivências e perspectivas de vida a uma construção de sentido de margem, que nas páginas de jornais podem significar espaços estigmatizados e imobilizados, como são as páginas policiais. Dessa maneira, este jornalismo se mostra como um espaço de insegurança para as mulheres racializadas e moradoras das periferias, uma vez que seus interesses, experiências e perspectivas são deslegitimados e silenciados, ao mesmo tempo em que as narrativas postas recorrentemente as limitam ao papel de personagens e tiram desses corpos os sentidos de politicidade e possibilidades de agência. Nessa direção, tratamos de práticas jornalísticas que reforçam a paisagem de crueldade que

normaliza a violência, o apagamento da diversidade e a atomização das experiências, contribuindo para a dissolução dos laços de empatia, seja pelo silêncio ou pela saturação de determinados assuntos, como é a violência.

Considerando que a realidade e a dimensão simbólica são inseparáveis e se co-produzem, refletir sobre a prática jornalística do coletivo *Nós, Mulheres da Periferia* não se restringe a uma compreensão discursiva/textual, que se daria apartada do mundo da vida. Se é verdade que as textualidades do jornalismo de beirada não são capazes de, sozinhas, reconfigurar o real de maneira definitiva, também se deve considerar que as mídias jornalísticas são sujeitos semióticos que, em diálogo com tantos outros, disputam e agem no tecido social. Sendo a dimensão discursiva a forma como os jornalismo agem no mundo por excelência, consideramos que um coletivo de jornalistas negras e moradoras de periferias como é o *Nós, Mulheres da Periferia*, a partir de narrativas centradas em experiências com marcadores de gênero, raça e território, que traz desde o título a noção de comunidade e vínculo de pertencimento, colabora para a construção do que Segato (2018) nomeia de projeto histórico dos vínculos, capaz de fortalecer a rede coletiva de empatia e solidariedade, única tecnologia possível de combate à coisificação da existência.

REFERÊNCIAS

ABRIL, Gonzalo. *Análisis crítico de textos visuales: mirar lo que nos mira*. Madrid: Editorial Síntesis, 2007.

ALBUQUERQUE, Afonso. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. *Revista Alceu*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, 2010, p. 100-115, 2010.

ARRUDA, Agnes de Sousa; ROVIDA, Mara; CUNHA, Simone. Diversidade e pluralidade no jornalismo: por uma epistemologia do jornalismo das periferias. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 2024.

BERGER, C. *A comunicação emergente: popular e/ou alternativa no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 1989.

Bezerra, Juliana Freire. Jornalismo das periferias: um fenômeno em ebulição. *Revista Alterjor*, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 283-289, 2023.

BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil. *História*, São Paulo, v. 26, p. 6, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Verônica Soares *et al.* Direitos reprodutivos e ciência: perspectivas feministas sobre o jornalismo científico de Gênero e Número. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 32., 2023, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2023.

FONSECA, A. C. É tudo um mmo jornalismo? *In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (Orgs.). Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 19-28.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

JÁCOME, Phellipy *et al.* Por uma história anticolonial: fluxos temporais não-lineares nos podcasts Conversa de Portão, Praia dos Ossos e História Preta. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s. l.], v. 20, n. 2, 2023.

JÁCOME, Phellipy *et. al.* É possível imaginar um jornalismo de reparação? Desafios na busca pelo direito ao tempo a partir da leitura de jornais escravocratas. **Compós**, [s. l.], v. 34, 2025.

MATIAS, Bárbara Maria Lima. **Mas tão brilho que vai ser esse sol, esses cacos, esse encontro: a proposta narrativa do jornalismo de beirada pelo coletivo Nós, Mulheres da Periferia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

MATIAS, B. *et al.* Jornalismo, racismo e (de)colonialidades nos coletivos Alma Preta e Nós, Mulheres da Periferia. **Compós**, [s. l.], 2024.

MORAES, Fabiana. Sobre que militantes e engajados estamos falando? Um olhar sobre a imprensa comercial brasileira e o posicionamento como estratégia jornalística. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 19, n. 3, 2023.

PERUZZO, Cecília Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2009.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens da imprensa dos anos 50. **Compós**, [s. l.], 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad, modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, [s. l.], v. 13, 1991.

SEGATO, R. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES (Online)**, v. 18, 2012.

SEGATO, Rita Laura. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

TAVARES, Luisa. **O jornalismo das periferias de São Paulo entre a experimentação e a atualização de práticas convencionais**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

VILLAVUEVA, Erick R. Torrico Villanueva Torrico. La comunicación decolonial, perspectiva in/surgente. *Revista Latino-americana de Ciencias de la Comunicación*, [s. l.], v. 15, n. 28, 2018.

NOTAS

1. Agradecemos à CAPES e ao CNPq pelo financiamento e pela possibilidade de realização desta pesquisa.

SOBRE AS AUTORAS

BÁRBARA MARIA LIMA MATIAS é doutoranda e mestra em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea pela Universidade Federal de Minas Gerais. Se dedica a pesquisas sobre narrativas jornalísticas, temporalidades e territorialidades. Integra o Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas. Email: barbaralimam55@gmail.com

JULIANA SOARES GONÇALVES é professora e pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas. É doutora e mestra em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea pela Universidade Federal de Minas Gerais. Se dedica principalmente a pesquisas nos campos de Estudos de Gênero e Comunicação. Email: juliana.goncalves@ufam.edu.br

Artigo recebido em: 25 de fevereiro de 2025.

Artigo aceito em: 23 de julho de 2025.